O BEM DE FAMÍLIA NO PROCESSO DE EXECUÇÃO TRABALHISTA E O DIREITO FUNDAMENTAL DE MORADIA DO DEVEDOR

THE HOMESTEAD IN LABOR EXECUTION PROCESS AND THE DEBTOR'S FUNDAMENTAL RIGHT TO HOUSING

Bianca Bastos*

RESUMO: O texto trata da impenhorabilidade do bem de família no processo de execução trabalhista. Para tanto, aborda a sua origem, previsão legal, tipicidade e hipóteses jurisprudenciais, sob a ótica dos direitos fundamentais da dignidade da pessoa humana e do direito fundamental de moradia do devedor.

PALAVRAS-CHAVE: Bem de Família. Impenhorabilidade. Direito Fundamental de Moradia. Dignidade Humana do Devedor.

ABSTRACT: *The text is about the unattachable of the homestead in the labor execution process. To this end, it addresses its origin, legal provision, typicality and jurisprudential hypotheses, from the perspective of the fundamental rights of human dignity and the debtor's fundamental right of residence.*

KEYWORDS: *Homestead. Unattachable. Fundamental Rights to Housing. Debtor's Human Dignity.*

1 – Introdução

A execução trabalhista é a fase processual em que a efetividade da jurisdição trabalhista se realiza plenamente, com a materialização do título executivo, que normalmente é o título judicial. Sob a ótica do credor trabalhista, desenvolveu-se forte orientação na persecução judicial pela apreensão de bens e, assim, a incidência de penhora sobre imóveis aumentou conforme foi se sedimentando o procedimento de desconsideração da personalidade jurídica, que trouxe à execução e na qualidade de devedor a pessoa física.

Na prática judiciária, é constante a introdução do tema, diante da constrição de bem imóvel, na qual o domínio é do sócio ou ex-sócio do empregador, cuja personalidade jurídica tenha sido superada.

Nesse sentido, é válido apontar que o procedimento executivo, no processo do trabalho, conta com acesso a princípios constitucionais que contem-

* *Doutoranda e mestre em Direito pela PUC-SP; desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região.*

plam direitos fundamentais do trabalhador, sendo que a penhora de imóveis traz à discussão outro vértice da proteção constitucional, que é direcionada ao devedor e ao direito fundamental social de moradia, previsto no art. 6º da Constituição Federal.

A conciliação na busca da efetividade da função executiva da jurisdição a favor do credor, com respeito ao princípio da execução menos gravosa ao devedor, é tarefa de permanente ajuste nas lides trabalhistas e extrema relevância para a realização da justiça social.

Embora o desejável seja a atuação do Judiciário para realizar a sub-rogação coercitiva do devedor, com a finalidade de quitar e garantir o crédito trabalhista, não se pode passar ao largo do limite estabelecido a favor do devedor, quanto ao respeito mínimo de sua dignidade humana no que diz respeito ao seu direito de moradia.

Nesses moldes, este artigo pretende apresentar o instituto do bem de família, segundo uma perspectiva atual. Assim, o artigo tratará rapidamente da origem do instituto e analisará o bem de família convencional, também denominado voluntário, e o bem de família legal – em se tratando deste último, como forma de proteção do Estado contra a expropriação forçada de imóvel destinado à residência; segue-se pela análise das hipóteses em que essa proteção é relativizada, com autorização da penhora em situações que a lei especifica e que são apresentadas ao leitor.

Para encerrar, analisa-se a aplicação do tema em relação a três situações de interesse prático: 1) a primeira introduz uma visão atual que relaciona o fundamento da proteção do bem de família ao seu destinatário, ampliando a interpretação do art. 1º da Lei nº 8.009/90, que limita a impenhorabilidade à família ou entidade familiar; 2) a segunda se refere ao limite econômico da proteção legal, abordando a hipótese de reconhecimento de impenhorabilidade por bem de família quando o imóvel em que resida o devedor tenha alto valor; 3) por fim, a terceira situação trata da moradia como requisito à tipificação do bem de família, abordando a casuística da ausência temporária do devedor da residência protegida.

As abordagens culminam com a valorização do instituto para que seja situado como expressão do limite da execução, a favor da prevalência de direito fundamental e do sistema processual constitucional.

2 – Origem do bem de família

Aponta-se a gênese do bem de família no *homestead*, em 26 de janeiro de 1839, no Texas, antes de sua incorporação aos EUA, que ocorreu em 1845.

DOCTRINA

Essa lei decorreu da conjuntura econômica e social emergente da independência da Inglaterra e de grave crise financeira, emergente de especulação econômica, que redundou no fechamento de 959 bancos nos Estados Unidos, com quebras que atingiram profundamente a família americana – fato esse que ensejou grande emigração de americanos para o Texas, quando este ainda fazia parte do México. Com a intensidade do movimento migratório, a população texana passou a ser composta, na maioria, por americanos (AZEVEDO, 2010).

Nessa época, como discorre Azevedo (2010, p. 15), cumprindo uma previsão da Constituição mexicana de 1836, editou-se a Lei do *Homestead*,

“(...) que veio proteger famílias radicadas na República do Texas, livrando de qualquer execução judicial 50 acres de terra, ou um terreno na cidade, compreendendo habitação e melhoramentos de valor não superior a 500 dólares todos os móveis e utensílios de cozinha, desde que o valor não excedesse a 200 dólares, todos os instrumentos aratórios até o valor de 50 dólares, além das utilidades, instrumentos e livros destinados ao comércio ou ao exercício profissional do devedor ou qualquer cidadão, cinco vacas leiteiras, uma parrelha de bois ou um cavalo, 20 porcos e todas as provisões necessárias a um ano de consumo.”

Essa foi a gênese da primeira previsão legislativa do instituto do bem de família que, posteriormente, foi editada nos Estados Unidos da América em vários Estados (Vermont, Wisconsin, Nova York, Michigan, Indiana, New Jersey, Delaware e Nevada), cujo projeto de lei foi inicialmente apresentado em 1859, visando à colonização das terras e à vedação da embargabilidade dos lotes, e, embora tenha sido aprovado no Congresso, foi vetado pelo Presidente Buchanan, diante do sistema de adjudicação gratuita contemplada no seu bojo. Em 1861, o Senador Benthon reproduziu esse mesmo projeto, que foi convertido em lei pelo então Presidente Lincoln, em 20.05.62, ocasião em que foi nacionalizado quando foi promulgado o *Homestead Act*, aprovado em 20 de maio de 1862 (VILLAÇA, 2010, p. 16).

Na verdade, tal documento não tratou de hipótese de impenhorabilidade de propriedade imóvel, como projeção do direito social de moradia e tampouco se pensava na preservação da dignidade humana do devedor. Esses conceitos atuais não permeavam os objetivos do século XIX, a colonização de terras nos EUA, e apenas tratavam da questão social da propriedade no meio rural (VILLAÇA, 2010, p. 11-16).

O instituto conviveu com legislações estaduais que tinham diferentes pressupostos para o estabelecimento do benefício. A nacionalização da prote-

ção de propriedade imóvel por meio do *Homestead Act* teve como finalidade a ocupação migratória do oeste americano, mediante a concessão de 160 acres de terra do governo, cujo direito de propriedade seria concedido àqueles que a cultivassem por mais de cinco anos, para incentivar a ocupação do oeste americano, representando a concessão de terras a quem se dispusesse a cultivá-la, conforme se observa das informações extraídas dos documentos encontrados em arquivos nacionais americanos (U.S. NATIONAL ARCHIVES & RECORDS ADMINISTRATION).

O destinatário do benefício era o chefe de família ou a pessoa maior de 21 (vinte e um) anos, e o requisito era o de desenvolver o local, incluindo a construção de uma casa no período exigido para aquisição do domínio da terra. (ALTMAN, 2013). De qualquer forma, a institucionalização dessa proteção reverteu e evoluiu no sentido de consagrar a exceção ao princípio de que a execução por dívidas abrange todo o patrimônio do devedor.

A origem da impenhorabilidade patrimonial do imóvel de moradia se orientou, inicialmente, com movimentos de deslocamento populacional e, portanto, com migração. E tanto é assim que, como se verá a seguir, a própria tipificação legislativa em nosso país foi anterior àquela ocorrida no EUA.

3 – Previsão legislativa local. Bem de família convencional e legal

A previsão do instituto do bem de família no direito pátrio ocorreu a partir do Código Civil de 1916, na modalidade de instituição voluntária (art. 70), substituído, posteriormente, pelos arts. 1.711 e 1.722 do Código Civil de 2002, quando o instituto passou a ser previsto no Livro IV, Título I, Capítulo VI, Subtítulo IV (Direito de Família, Direito Patrimonial). Anteriormente, as disposições legais regulavam-se na Parte Geral do Código Civil de 1916.

Essa forma de instituição de bem de família possibilita a escolha voluntária de um imóvel urbano ou rural para destiná-lo à residência da família e está, atualmente, condicionada a que seu valor patrimonial não ultrapasse a terça parte do patrimônio líquido do proprietário do bem. Além disso, a sua constituição depende do registro da escritura que o prevê no Cartório de Registro de Imóveis.

A extinção do bem de família convencional também está prevista no Código Civil (art. 1.722), diante da morte dos instituidores e da maioria de seus filhos. Anteriormente, o Código Civil de 1916 também trazia como pressuposto à instituição do bem de família voluntário que o instituidor fosse pessoa solvente.

DOCTRINA

É consenso que o bem de família de instituição voluntária no Código Civil de 1916 visou à proteção da entidade familiar – também foi essa a finalidade da Lei nº 8.009/90. Entretanto, a primeira diferença que se destaca é que a lei confere essa proteção ao devedor insolvente.

Portanto, enquanto a instituição do bem de família voluntário vincula-se à existência de patrimônio líquido do instituidor, as disposições legais que tratam da impenhorabilidade de bem de família trazem disciplina às disposições constitucionais que versam sobre a proteção da dignidade humana do devedor e o direito à moradia.

Nesse ponto, registre-se que o direito social de moradia somente foi alçado em nível constitucional a partir da Emenda Constitucional nº 26, de 14 de fevereiro de 2000, não tendo sido incluído neste rol na redação originária da Constituição Federal de 1988.

Assim, é na Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, resultante da conversão da Medida Provisória nº 143, de 1990, com redação atual que contempla revogações promovidas pela Lei Complementar nº 150/2015, e alteração promovida pela Medida Provisória nº 871/2019, que está prevista a impenhorabilidade de bem de família. O art. 1º dessa Lei assim estabelece:

“O imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, é impenhorável e não responderá por qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, contraída pelos cônjuges ou pelos pais ou filhos que sejam seus proprietários e nele residam, salvo nas hipóteses previstas nesta lei.” (BRASIL, 1990)

Merece destaque a observação de que o bem de família legal torna impenhorável o imóvel por dívidas de seu titular, mas o bem de família instituído voluntariamente, além de ser impenhorável (art. 1.715 do CCB), é inalienável (art. 1.717 do CCB). Disso resulta que o bem de família legal pode ser alienado a qualquer tempo. Isso significa que a alienação será válida entre os contratantes, porque inexistente impedimento legal à transferência do domínio do imóvel.

Não se questionam os efeitos da alienação de bem de família legal quando o devedor seja insolvente, pois outros institutos jurídicos abrigarão o credor de dívidas contraídas por seu titular. Esse instituto é a fraude contra credores (art. 158 do CCB) ou fraude à execução (art. 792 do CPC). Sendo assim, embora o negócio jurídico de alienação do imóvel seja válido entre alienante e adquirente, poderá ser anulado pelo credor do alienante, na primeira hipótese, ou ser ineficaz em seus efeitos, na segunda situação.

De qualquer modo, entre o alienante do bem de família legal e o adquirente do imóvel protegido nos termos da Lei nº 8.009/90, o negócio jurídico da transferência patrimonial é válido e produz seus efeitos legais.

Outra diferença entre o bem de família voluntário e o bem de família legal é a existência de duração para o primeiro. O Código Civil previu duração para o bem de família que, como acentua Azevedo (1984, p. 17), é “(...) o lapso temporal percorrido entre sua instituição válida e sua extinção”. Já o bem de família previsto na Lei nº 8.009/90 estabelece condição de impenhorabilidade pelo tempo de moradia no imóvel, independentemente de prazo.

Por fim, em ambos os institutos, a impenhorabilidade é relativa, havendo situações em que a penhora é autorizada por exceção na lei. Em relação ao bem de família voluntário, o Código Civil sujeita o bem à penhora quanto à execução por dívidas provenientes de tributos relativos ao imóvel ou despesas de condomínio (art. 1.715 do CCB).

Quanto ao bem de família legal, as causas de penhorabilidade estão elencadas no art. 3º da Lei nº 8.009/90, que serão analisadas em subitem específico. A concorrência dos dois institutos revela que o bem de família legal, cuja maior diferença é o fato de ser instituído pelo Estado a favor da garantia dos princípios constitucionais já mencionados é mais abrangente e, na prática, revela-se efetivo à proteção a que se destina.

De resto, o bem de família legal, diante da exigência de formalidades para sua instituição, não tem se demonstrado como instituto jurídico de aplicação prática disseminada.

4 – Impenhorabilidade absoluta ou relativa

Existe a ideia disseminada na execução trabalhista de que o bem de família sempre conduz à impenhorabilidade absoluta. A importância do fundamento do bem de família não deve trazer confusão quanto à classificação dos efeitos de seu benefício. Reconhecida a existência de bem de família, o imóvel na qual se mantenha a moradia é impenhorável. Mas isso não significa que a impenhorabilidade seja absoluta em sua previsão legal.

A impenhorabilidade é absoluta quanto aos bens que de modo algum possam sofrer penhora, enquadrando-se como impenhorabilidade relativa quando o bem impenhorável se sujeita à excussão diante de determinados fatores ou circunstâncias (ASSIS, 2018).

DOCTRINA

E não se pode deixar de considerar que a impenhorabilidade é mais ampla que a inalienabilidade, na medida em que bens que são inalienáveis são sempre impenhoráveis, enquanto bens não sujeitos à penhora podem ser alienados. Se o bem imóvel se insere na categoria de bem de família legal, trata-se de propriedade alienável, cujo domínio poderá ser transferido, hipótese em que poderá perder a condição de impenhorabilidade, já que esta é intransferível.

O exame do art. 3º da Lei nº 8.009/90 relaciona situações em que o bem de família pode ser penhorado em execução direcionada contra o seu proprietário, evidenciando que essa proteção produz impenhorabilidade processual relativa do bem.

Em três hipóteses diferentes, o bem de família responderá no processo executivo. Essas situações se agrupam quanto à classificação de determinadas dívidas para cumprimento de garantias outorgadas pelo credor ou fiador ou tendo em conta a origem do dinheiro utilizado para a aquisição do imóvel.

Na primeira situação, autorizam a penhora (i) dívida decorrente do crédito ou financiamento destinado à construção ou aquisição do imóvel, limitado à obrigação do respectivo contrato (art. 3º, inciso II); (ii) dívida constituída por pensão alimentícia (art. 3º, inciso III); (iii) cobrança de impostos predial ou territorial, taxas e contribuições devidas em função do imóvel familiar (art. 3º, inciso IV); e (iv) para cobrança de crédito constituído pela Procuradoria-Geral Federal em decorrência de benefício previdenciário ou assistencial recebido indevidamente por dolo, fraude ou coação, inclusive por terceiro que sabia ou deveria saber da origem ilícita dos recursos.

As exceções do primeiro grupo possuem relação com situações relacionáveis à origem da dívida contraída pelo devedor. No segundo grupo em que a penhora de bem de família é permitida, o imóvel figurou de alguma forma como garantia. São dois os casos previstos na Lei nº 8.009/90: quando a obrigação decorre da (i) execução de hipoteca constituída como garantia real sobre o imóvel (art. 3º, V); e no caso (ii) de obrigação decorrente de fiança concedida em contrato de locação (art. 3º, VII).

Ainda pode ser realizada a penhora sobre imóvel caracterizado como bem de família, se sua aquisição tenha se realizado com (i) produto de crime ou para (ii) execução de sentença penal condenatória a ressarcimento, indenização ou perdimento de bens (art. 3º, VI).

As disposições da Lei nº 8.009/90 sobre a penhorabilidade de bem de família sofreram alterações legislativas recentes. Primeiro e com interesse no processo trabalhista, a Lei Complementar nº 150/2015 revogou o inciso I do

art. 3º, o qual excluía a impenhorabilidade em “razão de créditos de trabalhadores da própria residência ou das respectivas contribuições previdenciárias”.

Essa previsão protegia o crédito de natureza trabalhista de empregados domésticos e de todos aqueles que mantivessem contrato de prestação de serviços autônomos que se ativassem na própria residência.

A revogação dessa disposição vem para evidenciar que o crédito trabalhista, embora de natureza alimentar, não enseja mais exceção ao bem de família em qualquer situação. Estabelece-se, assim, uma correspondência à nova redação emprestada pela Lei nº 13.144, de 6 de julho de 2015, cuja penhorabilidade fica permitida ao crédito originário de pensão alimentícia, não mais se discutindo se poderia haver penhora em relação a crédito alimentar trabalhista ou alimentos indenizativos decorrentes de reparação civil.

E a Medida Provisória nº 871, de 18.01.2019, incluiu permissão de penhora no caso de dívida que se destine ao ressarcimento da União de crédito recebido indevidamente pelo titular da propriedade do bem, por dolo, fraude ou coação.

Nessas situações, o bem imóvel, ainda que seja moradia do devedor, poderá ser penhorado e levado à expropriação forçada.

A atual legislação traz a um só tempo duas consequências para o processo do trabalho: que o crédito trabalhista não se classifica com prioridade diante de sua titularidade (empregado doméstico) para fins de relativização da impenhorabilidade do bem de família; e que a impenhorabilidade processual decorrente da Lei nº 8.009/90 é de natureza relativa, por existirem exceções outras à penhorabilidade do bem.

5 – Destinatário da proteção estatal na Lei nº 8.009/90

O direito obrigacional se orienta no sentido de que o patrimônio responde pelas dívidas da pessoa jurídica ou pessoa física e que a responsabilidade não se projeta além do conjunto de bens do devedor. Portanto, é patrimonial a responsabilidade por dívidas decorrentes do contrato, inclusive do contrato de trabalho – relação de emprego ou de trabalho.

Compete ao Estado, em última instância, por meio do exercício do poder jurisdicional, impor ao obrigado que cumpra os contratos celebrados e que se responsabilize por suas dívidas.

Em última análise, a realização do direito se faz com subsunção do indivíduo à força estatal, que se apresenta coercitivamente através da execu-

ção forçada, por meio da qual, resistindo o devedor ao cumprimento de suas obrigações, tem seu patrimônio alienado pelo Estado.

No exercício da jurisdição satisfativa e havendo resistência ao pagamento da dívida, o Estado afeta bens da propriedade do devedor pela penhora que se destina ao pagamento do crédito.

Após a citação do devedor e o descumprimento por ele do prazo de 48 (quarenta e oito) horas para pagamento (art. 884 da CLT), o oficial de justiça realiza a constrição judicial (penhora), que é forma de afetação de bens, com a finalidade de expropriá-los em hasta pública, para, então, realizar o pagamento ao titular do direito, concretizando a função jurisdicional, atinente à eficaz realização da pacificação social para a solução dos conflitos.

O art. 789 do Código de Processo Civil, ao consagrar o princípio da responsabilidade patrimonial do devedor, dispõe no sentido de que “(...) o devedor responde com todos os seus bens presentes e futuros para o cumprimento de suas obrigações, salvo as restrições estabelecidas em lei”.

Nesse contexto, a impenhorabilidade de bens concretiza o princípio da execução menos gravosa ao devedor, sendo a vedação de constrição do bem de família uma de suas principais expressões, por proteger o direito social fundamental da moradia.

Como premissa à análise da norma instituidora do bem de família e de quem é seu destinatário, importante repetir que a legislação federal (Lei nº 8.009/90) é anterior à previsão constitucional da moradia como direito social. E, sendo assim, a disposição do art. 6º, *caput*, da Constituição Federal, não foi a fonte para a edição da Lei nº 8.009/90.

A Constituição Federal já dispunha desde sua promulgação que “(...) a casa é o asilo inviolável do homem” (art. 5º, inciso XI) e a partir da Emenda Constitucional nº 26, de 14 de fevereiro de 2000, a moradia foi alçada a direito social no *caput* do art. 6º da CF/88. Esses dispositivos encontram lastro na norma programática do art. 226 da Constituição Federal, que elege a família como base da sociedade brasileira e lhe outorga proteção estatal.

Em sua origem, a impenhorabilidade da Lei nº 8.009/90 atrelou a proteção que disciplinava ao conceito de família, sendo que essa legislação sucedeu à Medida Provisória nº 143, de 08.03.90, que já citava como beneficiária do instituto a entidade familiar.

A evolução dos modelos familiares, quer pelo reconhecimento de famílias não consanguíneas, de famílias não constituídas por casais, ou de relações homo-

afetivas, modulou o entendimento do instituto do bem de família, estendendo-o a situações que não se restringiam à família tradicionalmente constituída pelo casamento ou pela união estável.

Portanto, a ideia de proteção da família, em seus diversos modelos, foi e é a inspiração inicial do art. 1º da Lei nº 8.009/90. Muito embora a definição de família tenha se modificado com o passar dos anos, a proteção persistiu nesses moldes, mas ampliando-se para atingir o direito fundamental de proteção da dignidade humana do devedor como cidadão.

Desde o início, ao dispor o art. 1º, no sentido de que há impenhorabilidade do “(...) imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, objetivava-se estender a previsão legal não somente a casamentos formais, mas a relações decorrentes de uniões estáveis”, essa ampliação de limites era adequada para a década de 1990.

Entretanto, atualmente, o destinatário da proteção legal já não se restringe apenas a casais ou entidades familiares, como conceituadas na época da vigência da Lei nº 8.009/90.

Hodiernamente, o conceito de entidade familiar admite interpretação extensiva, incluindo também pessoas que optaram por viver sem constituir família, independentemente de seu estado civil, ou da formatação da convivência, ou mesmo da inexistência desta. Assim, a interpretação do que constitui bem de família se estende além dos limites inicialmente previstos e a jurisprudência já admite o reconhecimento de bem de família quando não há família.

Assis (2018, p. 47) fundamenta a interpretação extensiva do destinatário da proteção da impenhorabilidade, asseverando que a rígida orientação em manter impenhorável apenas a residência de família cedeu para incluir proteção do devedor que vive sozinho, como se vê: “(...) Essa rígida orientação cedeu perante pessoas que, residindo sozinhas, anteriormente constituíram família: o STJ reconheceu a impenhorabilidade da residência da pessoa separada, e outro julgado do STJ da viúva”.

Por sinal, o art. 1.721, *caput*, do CC assegura que a dissolução da sociedade conjugal não extingue o bem de família, robustecendo o entendimento de que também não atinge a impenhorabilidade da residência familiar prevista no art. 1º, *caput*, da Lei nº 8.009/90.

Finalmente, o princípio da dignidade da pessoa humana, bem como o fato de o próprio direito à moradia constituir um direito fundamental, conduziram à evolução da jurisprudência no sentido de tornar impenhorável, *tout court*, a residência do (a) devedor (a) solteiro (a). Por exemplo, proclamou o STJ: “O

imóvel que serve de residência para pessoa solteira está sob a proteção da Lei nº 8.009, de 1990, ainda que ela more sozinha” (ASSIS, 2018, p. 47).

O autor sustenta que a evolução jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça não se afasta do intuito legal de proteção à família, porque o solteiro (que ele denomina de celibatário) é integrante de uma família, ainda que não viva com ela.

Inegável que já é jurisprudência consolidada a proteção à pessoa solteira, separada ou viúva, pois a Súmula nº 364 do STJ consolida o entendimento neste sentido: “O conceito de impenhorabilidade do bem de família abrange também o imóvel pertencente a pessoas solteiras, separadas e viúvas”.

É perceptível o esforço jurisprudencial para incluir pessoas solteiras ou viúvas no conceito de família ou entidade familiar, para atender ao pressuposto da Lei nº 8.009/90 em seus limites restritivos.

Mas a partir do entendimento de que a edição da Lei nº 8.009/90 precede a inclusão do direito de moradia como direito fundamental, e que a matriz constitucional que prevê o direito fundamental de moradia orienta agora a interpretação desse instituto, podemos reconhecer que o benefício nos dias atuais não é aplicável apenas à família ou entidade familiar. O bem de família nasceu sob essa inspiração, mas, atualmente, se projeta ao cidadão, protegendo-o.

Nesse sentido, a impenhorabilidade do bem de família se amplia, visando atender a uma proteção ao cidadão, porque enfoque central do ordenamento jurídico é o ser humano em sua dignidade. E, é por isso que, apesar de a expressão bem de família originariamente ter se destinado à proteção da entidade familiar, a Justiça transcendeu o limite da legislação infraconstitucional, entendendo que essa impenhorabilidade é um instrumento de proteção à pessoa do devedor, tendo ele ou não família, ou morando sozinho – ideia que concretiza o direito fundamental social à moradia (art. 6º, *caput*, da CF/88), que é corolário do direito da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da CF).

6 – Bem de família e o imóvel luxuoso

Como se concluiu que há proteção constitucional à moradia do cidadão, importante também classificar o tipo de moradia protegida. Nesse ponto, a maior discussão que ocorre é quanto à manutenção da impenhorabilidade do bem de família quando o imóvel possui alto valor de mercado, sendo considerado, portanto, luxuoso. Há, aqui, um confronto entre o bem jurídico tutelado, que é o mínimo vital à manutenção da dignidade de devedor, e a proteção ao direito

de crédito, cuja realização não se compatibiliza com o permissivo de que o devedor mantenha alto padrão de vida.

A Lei nº 11.382/06, que alterou dispositivos do Código de Processo Civil de 1973, relativos à execução civil, previu a inclusão do parágrafo único, no art. 650, cujo teor era a limitação do bem de família aos imóveis com valor de até 1.000 salários mínimos, de modo que no caso de propriedade que excedesse esse patamar, haveria penhora e alienação judicial do bem, com reserva ao devedor do correspondente ao limite estabelecido (1.000 salários mínimos). Todavia, esse dispositivo foi vetado, sendo que as razões do veto elucidam justificativa no seguinte sentido:

“Na mesma linha, o Projeto de Lei quebrou o dogma da impenhorabilidade do bem de família, ao permitir que seja alienado o de valor superior a mil salários mínimos, ‘caso em que, apurado o valor em dinheiro, a quantia até aquele limite será entregue ao executado sob cláusula de impenhorabilidade’. Apesar de razoável, a proposta quebra a tradição surgida com a Lei nº 8.009, de 1990, que ‘dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família’, no sentido da impenhorabilidade do bem de família independentemente do valor. Novamente, avaliou-se que o vulto da controvérsia em torno da matéria torna conveniente a reabertura do debate a respeito mediante o veto ao dispositivo.” (BRASIL, 2006)

Entretanto, em que pese a orientação do veto, é fato que o art. 2º da Lei nº 8.009/90 exclui da impenhorabilidade “(...) os veículos de transporte, obras de arte e adornos suntuosos”.

Embora a lei não trate de forma direta do valor do imóvel, o princípio que orienta a legislação é o de manter o mínimo necessário à sobrevivência digna do executado.

Em coerência com a manutenção ao devedor de imóvel que represente valor econômico compatível com um padrão de vida médio, o art. 4º da Lei nº 8.009/90 dispõe que: “Não se beneficiará do disposto nesta lei aquele que, sabendo-se insolvente, adquire de má-fé imóvel mais valioso para transferir a residência familiar, desfazendo-se ou não da moradia antiga”.

Denota-se dos arts. 2º e 4º da Lei nº 8.009/90 que a finalidade teleológica da lei é consagrar direito mínimo ao devedor, a fim de garantir-lhe a moradia como projeção da personalidade e não estabelecer direito à manutenção patrimonial.

Não obstante, a interpretação dessa proteção tem garantido a moradia em imóveis luxuosos, sob o argumento de que o direito fundamental de moradia

não admite restrição. Esse é o posicionamento atual do Tribunal Superior do Trabalho (TST):

“RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 11.496/07. EXECUÇÃO. BEM DE FAMÍLIA. IMÓVEL DE ALTO VALOR. PENHORABILIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE MITIGAÇÃO. LEI Nº 8.009/90. ART. 5º, INCISO XXII, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. QUESTÃO DE NATUREZA CONSTITUCIONAL. 1. O direito à moradia foi erigido ao patamar constitucional, integrando o rol de direitos sociais previstos no art. 6º da Constituição da República, como direito fundamental da pessoa humana. E, a par dessa proteção específica, não se pode olvidar também do direito de propriedade insculpido no art. 5º, XXII, da CF, inclusive pelo atendimento, no caso, de sua indiscutível função social (art. 5º, XXIII, da CF). 2. Desse modo, a proteção do bem de família, tratada na Lei nº 8.009/90 e no Código Civil de 2002, embora tenha sua conformação delineada pelo legislador ordinário, é um instituto que possui matriz constitucional, vindo a concretizar os princípios insculpidos naqueles dispositivos, de modo que, ao se reconhecer exceção não prevista em lei a tal garantia de impenhorabilidade, conferindo-se, pois, interpretação que nega efetividade ao direito de moradia da família, tem-se por afrontada diretamente a Constituição Federal. 3. A garantia da impenhorabilidade do bem de família não foi mitigada considerando o seu valor, homenageando o direito social à moradia e a proteção da família, os quais, como visto, possuem matriz constitucional. Precedentes. Recurso de Embargos conhecido e não provido.” (E-RR-974000-92.2007.5.09.0011, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Redator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 31.10.2018)

Uniformizada a jurisprudência, difícil ser modificada, já que a decisão transcrita vincula novos julgamentos dos Tribunais Regionais do Trabalho, na medida em que vem se repetindo no próprio Tribunal Superior do Trabalho, sob a égide da Lei nº 13.015/2014.

Na prática, essa solução não resolve o conflito da execução trabalhista, o cumprimento da dívida pelo obrigado ou mesmo a realização de proteção a direito fundamental do devedor. O que se vê, em muitos casos, é que o devedor resiste preservando o imóvel luxuoso como residência de alto custo com apoio nessa jurisprudência.

Normalmente, esse devedor tem muitos processos trabalhistas em curso e utiliza-se dessa defesa em todos eles, até que, por ausência de recursos finan-

ceiros para realizar sua defesa pela contratação profissional para sustentação da tese de impenhorabilidade, o devedor perde a moradia. E os demais credores perdem a garantia de sua dívida.

A melhor resolução aqui seria a de garantir o direito à moradia, pela alienação do imóvel e reserva do valor que possibilitasse ao devedor adquirir imóvel adequado, no qual pudesse manter residência compatível com seu padrão financeiro atual.

Se o valor obtido na venda do imóvel de alto valor não fosse suficiente para garantir o pagamento de suas dívidas, então seria o caso de julgar frustradas as execuções pendentes, realizando a garantia de bem de família de moderado valor.

Entretanto, essa solução não possui amparo legal de momento, de sorte que, de *iure constituto*, prevalece a jurisprudência consolidada.

Além desse tema do imóvel de luxo, outra questão interessante é o debate em relação à ausência temporária pelo devedor da moradia. É o que será analisado a seguir.

7 – Bem de família e propriedade de único imóvel: ausência temporária da moradia

Diz-se que o bem de família é a proteção que recai sobre um único imóvel do devedor. Essa afirmação tem gerado controvérsia jurisprudencial e ela tem origem na diferença entre o bem de família voluntário e legal.

A instituição do bem de família voluntário, amparado no Código Civil, se faz com base na escolha do proprietário. Mas o bem de família legal é aquele em que o devedor mantém a moradia. Portanto, não é impeditivo à impenhorabilidade que o devedor tenha mais de um imóvel, já que, à luz da Lei nº 8.009/90, será impenhorável apenas aquele em que ele residir.

Nesse sentido, é a disposição do art. 5º da Lei nº 8.009/90: “Para os efeitos da impenhorabilidade, de que trata esta lei, considera-se residência um único imóvel utilizado pelo casal ou pela entidade familiar para moradia permanente” (BRASIL, 1990).

A moradia do devedor no imóvel objeto de proteção é matéria de conteúdo probatório, cujo ônus da prova é do devedor. A produção da prova, quanto ao fato de o devedor residir no imóvel, se faz tanto pela juntada de documentos de consumo do imóvel habitado pelo devedor como por documentos em que o imóvel é lançado como endereço residencial, como até pela própria certidão

do oficial de justiça que intime o devedor da penhora no próprio local em que realizada a constrição judicial.

Protegido o imóvel em que o devedor resida, se ele for proprietário de outro imóvel, este imóvel poderá ser penhorado. O art. 5º da Lei nº 8.009/90, ao limitar a impenhorabilidade a único imóvel, impede que o devedor alegue dupla residência, mas não estabelece que a propriedade de mais de um imóvel descaracterizará o bem de família sobre a propriedade que sirva de moradia do devedor.

Analisando a situação de proteção à pessoa do devedor, poderá, ainda, ocorrer de o devedor estar residindo em imóvel locado, justificadamente, e utilizando o valor locatício do imóvel que tenha sido sua antiga residência, para manter moradia em propriedade de outrem. Isso ocorre quando o devedor aluga seu imóvel para morar noutro local por determinada necessidade de ordem pessoal.

A questão a ser resolvida como pressuposto para resolução dessa situação passa pelo fim teleológico da Lei nº 8.009/90 e pela análise do caso concreto. A finalidade da impenhorabilidade do bem de família é garantir a moradia, como asilo inviolável do ser humano e, como visto, é uma proteção ao cidadão.

E sob esse aspecto, a casuística revela que situações familiares podem determinar a alteração do endereço familiar, como, por exemplo, morte na família, que permaneça constituída pelo cônjuge remanescente e menores impúberes em que seja desaconselhável a manutenção do domicílio no imóvel de propriedade da família, por questões pessoais e emocionais.

Nessa situação, pode ocorrer a ausência temporária do devedor do imóvel que serve de moradia à família. Assim, também quando o devedor esteja residindo temporariamente fora do país. Nesse sentido, em situação semelhante, é o acórdão da 17ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, com relatoria do Desembargador Álvaro Alves Noga, cuja ementa é a seguinte:

“BEM DE FAMÍLIA. AUSÊNCIA TEMPORÁRIA DO DEVEDOR DO IMÓVEL. IMPENHORABILIDADE MANTIDA. A lei protege o imóvel que serve como moradia permanente da pessoa, não impedindo que seus moradores façam viagens nacionais ou internacionais, ainda que prolongadas, ou que passem algum período ausentes por qualquer outro motivo, sendo, portanto, irrelevante o fato de o agravante encontrar-se temporariamente fora do país ou na casa do filho, ainda que por um período prolongado, considerando que esteve sob os cuidados do filho, em decorrência do falecimento da esposa e que possui apenas

um imóvel, ao qual dirige seu ânimo de residência permanente.” (TRT-2, Agravo de Petição 0241600-04.2208.5.02.0051, Rel. Álvaro Alves Noga, j. 12.09.2013)

Ainda quanto ao pressuposto de manter a moradia no imóvel objeto da penhora, há a situação em que o devedor, coproprietário do imóvel, partilha-o com o cônjuge e deixa a residência. Havendo filhos comuns, não há dúvida que o imóvel é totalmente impenhorável, já que eles garantem a manutenção na configuração da entidade familiar. Mas se apenas o cônjuge passa a residir no local, é garantida apenas a meação (copropriedade), e o imóvel é penhorável, na medida em que a divisão dos bens estabelece sobre eles a propriedade condominial.

Nesse caso, por se tratar o imóvel de bem indivisível, a penhora abrangerá o bem por inteiro que assim será levado à hasta pública, reservando-se a metade do valor da alienação ao ex-cônjuge do devedor (art. 843 do CPC). Garantido estará assim seu direito à meação, não se questionando a existência de bem de família.

As situações analisadas servem apenas como um exemplo de como a casuística nessa matéria é rica e variada, sendo que as decisões sempre se orientam pela prevalência do princípio da execução menos gravosa ao devedor, e pelo rigor na aplicação do princípio da dignidade humana e do direito fundamental social da moradia (art. 6º, *caput*, da CF/88).

8 – Bem de família: matéria de ordem pública ou matéria de ordem constitucional?

Lazzarin (2014, p. 78), discorrendo sobre o bem de família legal, acentua que “(...) a constituição do bem é imediata, bastando a ocorrência das hipóteses legais; o Estado impõe o Bem de Família por norma de ordem pública, independente de qualquer formalidade ou manifestação de vontade”.

Nesse mesmo sentido, se posiciona Martins (2014, p. 186), ao afirmar que: “A impenhorabilidade de bem de família, sendo matéria de ordem pública, por força da Lei nº 8.009/90 que a disciplina, poderá ser arguida até o exaurimento da execução, mas antes de qualquer procedimento de alienação”.

Como se vê, afirma-se que a proteção decorrente de bem de família pode ser considerada matéria de ordem pública. E, assim, a defesa do executado contra a penhora de bem imóvel poderia ser alegada a qualquer momento, sendo reconhecível até mesmo *ex officio*.

DOCTRINA

Contudo, a definição do instituto como de ordem pública é um desafio na jurisprudência. A análise dos casos julgados não traz a questão de forma clara e os tribunais indicam aleatoriamente essa condição, sem rigor científico. A posição da doutrina sobre o tema revela que caracterizam questões de ordem pública o fato de terem cogência absoluta, com imperatividade da norma; de existir interesse público marcante; de admitirem conhecimento de ofício em qualquer tempo e grau de jurisdição, sem preclusão (APRIGLIANO, 2011).

Diante dos contornos assim definidos para o instituto da ordem pública, o bem de família, hipótese de impenhorabilidade relativa do imóvel, não poderia ser considerado como enquadrado nessa condição.

A relevância da proteção social é inquestionável, mas não se trata de matéria de ordem pública. E, para tanto, basta refletir sobre a necessidade de prova dos requisitos do benefício, para que ele seja reconhecido. A matéria de ordem pública prescinde de prova, como é sabido.

Não se nega na jurisprudência que o bem de família depende de prova e que a prova cabe ao titular do domínio. Prova-se a moradia no imóvel de propriedade do devedor e a inexistência dessa realização probatória determina a expropriação estatal do bem. Se a proteção do bem de família fosse considerada como matéria de ordem pública, não estaria sujeito seu reconhecimento à produção probatória com ônus de prova do devedor. Enfim: trata-se de matéria sujeita a preclusão e, por isso, não se pode incluí-la como matéria de ordem pública.

Há outra questão processual envolvendo a caracterização da natureza jurídica de bem de família. A disposição do § 2º do art. 896 da Consolidação das Leis do Trabalho traz clara restrição à admissão de recurso de natureza extraordinária na execução trabalhista, consignando que “Das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, inclusive em processo incidente de embargos de terceiro, não caberá Recurso de Revista, salvo na hipótese de ofensa direta e literal da norma da Constituição Federal”.

Admitido que não há matéria de ordem pública no tratamento dessa questão pertinente à fase da execução, surge uma limitação recursal na medida em que não seria cabível o recurso de revista das decisões dos Tribunais Regionais do Trabalho quanto a esse tema.

No entanto, o Tribunal Superior do Trabalho pacificou o entendimento de que cabe recurso de revista contra acórdão que decida sob esse tipo de impenhorabilidade, desde que arguido sob aspectos constitucionais.

DOCTRINA

E, assim, considera-se que a matéria é de natureza constitucional, na medida em que a Lei nº 8.009/90 vem disciplinar uma garantia social, que é o direito fundamental à moradia (art. 6º da CF/88).

Essa questão foi encaminhada pelo Tribunal Superior do Trabalho em julgamento que reconhece a existência de precedente uniformizador com este fundamento, como se vê na ementa abaixo transcrita:

“EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 13.015/2014, PELO CPC/2015 E PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39/2016 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. EXECUÇÃO. BEM DE FAMÍLIA. IMPENHORABILIDADE. CONHECIMENTO DO RECURSO DE REVISTA POR VIOLAÇÃO DOS ARTS. 5º, INCISO XXII, E 6º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. POSSIBILIDADE. Discute-se, na hipótese, a possibilidade ou não de se conhecer de recurso de revista por violação do art. 6º da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no art. 896, § 2º, da CLT, que exige a demonstração de ofensa direta e literal da Constituição Federal quando se trata de processo em fase de execução. Esta Subseção, a partir do julgamento do E-ED-RR 767-88.2011.5.01.0005, DEJT 15.09.2017, em sua composição plena, firmou o entendimento de que a discussão sobre a impenhorabilidade do bem de família possui cunho eminentemente constitucional, tendo em vista a proteção ao direito social de moradia, à dignidade da pessoa humana e à família assegurada pela Constituição Federal. Desse modo, foi reconhecido, nesse julgado, que, diante de cada caso concreto, quando se cogitar da inobservância dessas garantias, é possível se reconhecer ofensa aos arts. 5º, inciso XXII, e 6º, *caput*, da Constituição Federal, como ocorre na hipótese sub judice. Na hipótese, a Turma conheceu do recurso de revista patronal por violação do art. 6º da Constituição Federal e, no mérito, asseverou que a impenhorabilidade do bem de família não poderia ser afastada em razão do alto valor do bem, bastando a prova de residência familiar, circunstância incontroversa no caso destes autos. Nesse contexto, os arestos colacionados ao cotejo estão superados pela iterativa e notória jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, não havendo falar em divergência jurisprudencial, nos termos do art. 894, § 2º, da CLT. Embargos não conhecidos.” (E-ED-RR-61400-22.2006.5.09.0004, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, DEJT 14.12.2018)

A ementa transcrita aponta violação ao art. 6º, *caput*, da CF/88 (direito social de moradia) e ao inciso XXII do art. 5º da CF/88 (garantia individual

ao direito de propriedade), superando o limite do § 2º do art. 896 da CLT e trazendo nova perspectiva sobre o entendimento do que seja ofensa direta e literal à Constituição Federal.

De fato, há princípios constitucionais densificados na Lei nº 8.009/90, mas a regra infraconstitucional sobre admissão de recurso de revista é clara. Há um limite cuja flexibilização está agora sendo admitida jurisprudencialmente, priorizando a discussão de matérias de fundo constitucional na Corte Superior.

A importância que assoma institutos de responsabilização patrimonial na execução, com vinculação de pessoas físicas para cumprimento de dívidas trabalhistas, tem provocado a mudança da jurisprudência quanto aos limites recursais que sempre estiveram presentes na execução, cujo recurso apropriado (agravo de petição) tinha solução final nos Tribunais Regionais do Trabalho.

Atualmente, não mais se justificam limitações ao processamento de recurso de revista, especialmente sob a alegação de que não ocorre a violação literal e direta à Constituição Federal, eis que a jurisprudência da Corte Superior se orienta na admissão dos recursos extraordinários nessa matéria, quando aventada afronta a princípios constitucionais.

9 – Conclusão

O exame dado ao instituto do bem de família neste trabalho possibilitou breve análise sobre a origem das primeiras previsões legais sobre o tema. Desde o início, a proteção estatal direcionou-se à família, mas evoluiu em relação ao bem jurídico protegido.

Enquanto na sua origem à proteção a um bem que constituísse moradia se destinou a resolver crises financeiras e políticas de ocupação territorial na área de migração nos Estados Unidos da América no século XIX, o instituto foi desenvolvido com o passar dos anos para assegurar direitos fundamentais e sociais, o direito de propriedade, o direito individual da inviolabilidade do domicílio e o direito da dignidade da pessoa humana, expresso pelo direito fundamental social da família ou entidade familiar. E, assim, se estabeleceu como norma protetora de matriz constitucional no século XX.

A visão jurídica atual da proteção emergente da Lei nº 8.009/90, que assegura proteção ao devedor contra a penhora de imóvel de sua propriedade, como limite à responsabilidade patrimonial por dívidas, fundamenta-se diretamente à proteção da dignidade humana do devedor, alicerçando-se em princípios que lhe são afetos.

DOCTRINA

Todavia, a própria Lei nº 8.009/90 excepciona situações em que essa proteção não é outorgada pelo Estado, tanto em razão da origem da dívida como em relação às garantias fornecidas pelo devedor a seus credores – igualmente, o faz em relação ao meio de aquisição do imóvel, estabelecendo a possibilidade de penhora e evidenciando que nenhum princípio é absoluto. Ainda, de modo coerente, afasta situações em que a proteção à moradia representa violação a outros valores constitucionais, como, por exemplo, a situação em que a propriedade foi adquirida com produto de crime.

Com 28 (vinte e oito) anos de vigência, a Lei nº 8.009/90 passou por entendimentos jurisprudenciais diversos, que abarcam e classificam alguns casos concretos. Entre eles, questionou-se na jurisprudência a quem se dirigiria tal proteção. Segundo a interpretação literal da lei, à família ou entidade familiar.

Contudo, a par das alterações dos modelos familiares, cuja modificação se atribui a novas formas de relacionamento pessoal, é patente a possibilidade de escolha de não constituir família. Viu-se a jurisprudência chamada a decidir a questão de reconhecimento de bem de família a pessoas solteiras. E também de pessoas viúvas ou divorciadas, que vivam sozinhas.

Mais uma vez, a centralidade da proteção da moradia, como reflexo do princípio da dignidade humana, levou à conclusão que hoje se admite que o destinatário do bem de família legal é o cidadão, e não mais a família ou suas variações possíveis. E tanto é assim que está pacificada a impenhorabilidade de imóvel que sirva de moradia à pessoa solteira e já despontam julgados em que prevalece a posição jurisprudencial de que a ausência temporária e justificada da moradia não impede o reconhecimento da impenhorabilidade.

Por fim, a Lei nº 8.009/90, que possui apenas cinco artigos, produz conteúdo de relevância constitucional que minimiza os efeitos da responsabilidade patrimonial do devedor em relação a suas dívidas, conjugando valores constitucionais entre o direito de proteção ao crédito e a relevância da adoção do princípio da dignidade humana do devedor.

10 – Referências bibliográficas

ALTMAN, Max. *Hoje na história: 1862 – Lincoln sanciona Homestead Act*, ‘lei da reforma agrária’ dos EUA. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/historia/28975/hoje-na-historia-1862-lincoln-sanciona-homestead-act-lei-da-reforma-agraria-dos-eua>. Acesso em: 16 set. 020.

APRIGLIANO, Ricardo de Carvalho. *Ordem pública e processo: o tratamento das questões de ordem pública no direito processual civil*. São Paulo: Atlas, 2011.

ASSIS, Araken de. *Manual da execução*. São Paulo: RT, 2018.

DOCTRINA

AZEVEDO, Álvaro Villaça. *Bem de família*. 2. ed. São Paulo: RT, 1987.

AZEVEDO, Álvaro Villaça. *Bem de família*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. *Mensagem n. 1.047, de 6 de dezembro de 2006, da Presidência da República*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Msg/Vep/VEP-1047-06.htm#:~:text=%E2%80%9CO%20Projeto%20de%20Lei%20quebra,aut%C3%B4nomos%20e%20de%20profissionais%20liberais. Acesso em: 16 set. 2020.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. Agravo de petição. *Processo TRT/SP 0241600-04.2008.5.02.0051*. Relator: Álvaro Alves Noga. Julgado em 12.09.2013. Disponível em: www.trtsp.jus.br. Acesso em: 13 fev. 2019.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Subseção I Especializada em Dissídios Individuais. E-RR 974000-92.2007.5.09.0011. Data do Julgamento: 23.08.2018. Data da publicação: *DEJT* 31.10.2018. Disponível em: <https://jurisprudencia.tst.jus.br/#d8d9e20adc962e9b58d75b71d87bd4e5> Acesso em: 12 fev. 2019.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Subseção I Especializada em Dissídios Individuais. *Recurso de Embargos TST-E-ED-RR-61400-22.2006.5.09.0004*. Relator: Ministro José Roberto Freire Pimenta. Disponível em: www.tst.jus.br/web/guest/consulta-unificada. Acesso em: 12 fev. 2019.

DIAS, Maria Berenice. *Manual de direito das famílias*. São Paulo: RT, 2017. Disponível em: <https://proview.thomsonreuters.com/lauchapp/tittle/rt/monografias/76474648/v12>.

LAZZARIN, Helena Kugel. A (im)penhorabilidade do bem de família no âmbito da execução trabalhista. *Justiça do Trabalho*, Porto Alegre, a. 31, n. 369, p. 78, set. 2014.

MARTINS, Melchíades Rodrigues. Penhora. Bem de família. Lei n. 8.009, de 29.03.90. Arguição. Momento. *LTr Suplemento Trabalhista*, São Paulo, a. 50, n. 40, p. 186, 2014.

USA. *Homestead Act (1862)*. U.S. National Archives & Records Administration. Disponível em: <https://www.ourdocuments.gov/doc.php?flash=false&doc=31>. Acesso em: 04 fev. 2019.

Recebido em: 18/09/2020

Aprovado em: 03/11/2020